

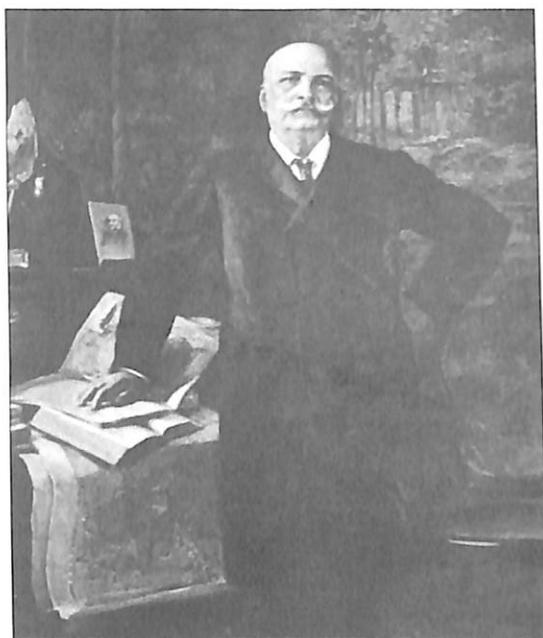
Rio Branco e o Exército

Homenagem do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ao Barão do Rio Branco

*L. P. Macedo Carvalho**

O nome do Barão do Rio Branco acha-se indissolavelmente ligado ao do Exército.

As suas raízes explicam a admiração e a inclinação reveladas pela profissão das armas. O bisavô materno era major do Exército português. O tio-avô paterno, que criou seu pai órfão, era coronel do Exército. José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde, após ser promovido a guardamarinha, matriculou-se no 2º ano do curso da Escola Militar (Escola Central). Promovido a segundo-tenente, ingressou no Corpo de Engenheiros, vindo a tornar-se professor de Balística e de Mecânica e lente catedrático de Artilharia e Fortificações da referida escola. Mais tarde chegou a Ministro da Guerra. Depois, quando Chanceler, identificado que era, desde cedo, com as lutas no Prata, afastou-se da Pasta dos Negócios Estrangeiros para manter entendimento direto com o Conde d'Eu, comandante do Exército aliado, ao receber a missão de seguir para a capital guarani com o objetivo de organizar o novo Governo do Paraguai. Nessa épo-



ca - há controvérsia - ter-se-ia feito acompanhar pelo filho primogênito, "Juca" Paranhos.

Dentre os sete irmãos de José Maria da Silva Paranhos Junior houve um, João Horácio Paranhos, esgrimista renomado, que deixou o Exército no posto de major de Cavalaria.

Max Fleiuss (na síntese biográfica do Barão em *História do Brasil*) e o Capitão Theótimo Ribeiro (em artigo na *Revista do Clube Militar*) declaram, sem confirmação, que tentara a carreira das armas, como alu-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

no da Escola Militar, onde teria sido contemporâneo de Floriano Peixoto e outros. Pairam dúvidas sobre isso, conforme esclarece Paula Cidade.

O outro elo de ligação do Barão do Rio Branco com o Exército encontra-se no culto e na divulgação dos feitos das Armas brasileiras e de seus atores. A propósito, vale recordar o seu testemunho escrito e oral em discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião de um almoço no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul:

“(...) a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles [militares] é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares, conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-Pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis, morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei, quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração.

Tive a fortuna de conhecer de perto muitos de nossos generais mais ilus-

tres: Caxias, Porto Alegre, Osório (...) e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército (...) não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.”

Comprova-se, assim, a inclinação pessoal, manifesta já na juventude, pelos estudos de História Militar.

Como aluno do Colégio Pedro II, inicia a sua vida de historiador militar escrevendo *Episódios da Guerra do Prata*, arrimando-se nas narrativas entusiásticas de testemunha ocular de seu pai sobre tais acontecimentos.

Ainda jovem estudante de Direito, consagra-se como autor do *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo*, que lhe valeria, posteriormente, a eleição para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual chegaria a presidir. Trechos desse trabalho mereceriam também inclusão na célebre *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet.

Prossegue publicando seus trabalhos na *Revista Mensal do Instituto Científico de São Paulo*, tendo por tema a Cisplatina e as biografias do Barão do Cerro Largo e do comandante da *Imperatriz*.

No Recife, em 1866, ao cursar o último ano de Direito, dedicou-se à pesquisa das lutas contra os holandeses no século

XVII. Foi quando teve a atenção despertada pela Guerra do Paraguai, à qual dedicaria seus estudos durante a vida inteira. Tornando-se correspondente da conhecida revista francesa *L'Illustration*, remete notícias, publica crônicas e esboços, como os da rendição de Uruguaiana e da batalha de Riachuelo. Particularmente, divulga as vitórias decisivas de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, visando a que as glórias das Armas nacionais não fossem adulteradas ou menosprezadas. A esse propósito, vale citar o enriquecedor trabalho do Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo - *Rio Branco e L'Illustration* - constante da *Revista do IHGB*, publicado no número de julho/setembro de 1945.

Aos trinta anos, em 1875, eleito para sócio honorário do IHGB, dá início à publicação comentada de *Anotações à Guerra da Tríplice Aliança*, de Ludwig Schneider, Conselheiro de Guilherme I, Rei da Prússia e Imperador da Alemanha, que o imortalizaria como historiador militar em edição do Estado-Maior do Exército (1924), na gestão do General Tasso Fragoso, não menos conhecido historiador.

O Duque de Caxias, quando Ministro da Guerra, em 18 de outubro de 1876, escreveu carta em que o reconhecia autoridade em História Militar, solicitando-lhe colaboração e opinião a respeito da edição do terceiro volume do livro de Schneider:

“Ilustríssimo Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos

Remeto a V. Sa. a tradução feita pelo Capitão de Estado-Maior de 1ª classe, Bacharel José Bernardino Bormann, do terceiro volume da obra intitulada

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, por L. Schneider.

Achando-se já publicada a tradução dos primeiro e segundo volumes da referida obra, cujo merecimento V. Sa. conseguiu fazer realçar com as suas importantes anotações, espero que continue a prestar o mesmo serviço, examinando aquele trabalho, para que se conclua, como convém, tão interessante publicação.

Peço a V. Sa. se sirva informar-me se será mais vantajosa a impressão desse trabalho na Europa.

Sou com toda a estima de V. Sa. amigo (...),

Duque de Caxias”

O sonho acalentado por Rio Branco era escrever a História Militar do Brasil. Para isso, foi coletando dados preciosos das pesquisas realizadas e, nas horas vagas, punha-se a desenvolver o texto de *Apontamentos para a História Militar do Brasil*. Alguns trechos dessa obra inacabada chegaram a ser divulgados na *Revista Americana*, em 1916.

Em correspondência de fevereiro de 1867 do grande Capistrano de Abreu a Rio Branco, ficaram atestadas a dedicação e a importância dadas à História Militar do Brasil, citada por Affonso de Carvalho em *Rio Branco, sua Vida, sua Obra*: “Vi com muito prazer que brevemente, isto é, daqui a uns 400 dias, multiplicados por 24 horas e estas pelos respectivos minutos e segundos, teremos a História Naval Brasileira. Mas só a História Naval? E a História Militar, a começar pela Guerra Holandesa? Há tantos anos que V. Sa. a estuda e conhe-

ce tão bem que mais longa demora é uma lesão pública (...).” Acrescenta em outra carta: “Por que V. Sa. não se resolve a fazer uma edição preparatória em nossa coleção?”

O historiador militar, o então Tenente-Coronel Augusto Tasso Fragoso, em longa saudação a Rio Branco feita em nome do Exército no Clube Militar, assim se expressa:

“Coube a V. Exa., Senhor Barão do Rio Branco, a maior parte dessa invejável tarefa. Revogando o passado, restabelecendo a obra ingente de nossos maiores, defendendo o nosso direito perante dois árbitros e firmando os nossos dois últimos tratados de limites, V. Exa. não marcou só no espaço o âmbito de nossa morada, senão que se construiu na síntese mesma da nossa raça, pela afirmação de sua obra, de sua fé na Justiça e de seus esforços de labor pacífico. O nome de V. Exa. está para todo o sempre indissolivelmente ligado ao da nossa nacionalidade.

Essa só circunstância bastaria para explicar por que o Exército entendeu que não deveria faltar neste clube o retrato de V. Exa. Somos um instrumento da Pátria, pronto a sacrificar-se pela sua defesa.

(...) Definir a Pátria e lembrar-nos a sua história é preparar-nos para a nossa função; é em uma palavra, colaborar conosco.

Mas não é somente isso que nos aproxima de V. Exa. e justifica esta simples homenagem. Foi V. Exa. sempre um cultor apaixonado de nossas tradições militares e, por isso, prestou ao Exército o inestimável serviço de restabelecer a verdade, comentando com

rara mestria, uma obra em que se narra um dos mais importantes episódios de nossa vida militar.

As Forças Armadas devem a V. Exa. imensa gratidão por essa defesa espontânea, em que V. Exa. antepôs, aos conceitos injustos e deprimentes da nossa raça e dos nossos hábitos, gerados no ódio ou na inveja, a realidade palpável de nossos sentimentos e de nossas ações. (...) Essa fidelidade ao destino, essa permanência na trilha seguida desde a mocidade, deve servir-nos de exemplo: mostra quão úteis poderemos ser à nossa Pátria, mantendo-nos inflexíveis na linha do dever e da disciplina.”

Em sua trajetória brilhante rumo à imortalidade, sempre o destino com seus recônditos desígnios marcaria a existência de Rio Branco por históricos encontros com três generais - Caxias, Floriano e Hermes.

O Imperador se mostra irredutível em nomear “Juca” Paranhos cônsul em Liverpool. A fama de boêmio aos tempos de estudante em São Paulo escandalizara a Corte. O Imperador viaja, e o Duque de Caxias, amigo do Visconde do Rio Branco e do Ministro dos Negócios Estrangeiros - Barão de Cotegipe -, é alçado à chefia do Gabinete. A Princesa Isabel cede à insistência de Caxias e, finalmente, abre-se o caminho para o Barão do Rio Branco atestar o seu valor pela mão daquele, no dizer de Dinah Silveira de Queiroz, “que edificou um grande Exército, ajudou a quem iria edificar uma grande diplomacia”.

Floriano, já nos albores da República, viria assegurar o título de Barão a José Maria da Silva Paranhos Junior, com o qual passaria à História, e a oportunidade, como

advogado do Brasil, de dirimir, definitivamente, o antigo litígio das Missões, cuja negociação inicial era devida a seu pai.

O Marechal o conhecia desde os tempos de jovem militar. Por isso, em plena República, Rio Branco dirige-se a Floriano consultando se havia inconveniente em continuar usando o título nobiliárquico de Barão concedido no Império. Sutilmente, Floriano, com grande inteligência, na carta, dava-lhe tratamento íntimo de “meu caro Juca” e tratava de vários assuntos de interesse comum a dois amigos sem, contudo, fazer menção à consulta de Rio Branco. Todavia, no endereçamento constante do envelope, lia-se “Exmo. Sr. Barão do Rio Branco”.

Da mesma forma, quando o Presidente clama por alguém para defender o País como advogado no caso das Missões, não hesita em acolher a indicação do nome de seu antigo companheiro e amigo, professor do Colégio Pedro II, profundo conhecedor de História e Geografia. Confia-lhe o encargo da defesa dos interesses do Brasil na acirrada demanda com a Argentina, que nos ameaçava separar o Paraná do Rio Grande do Sul com o estabelecimento de um enclave.

A gratidão pelo triunfo alcançado na questão das Missões não é esquecida quando, em telegrama a um amigo, pede: “Fará o favor de dizer ao nosso amigo Marechal Floriano Peixoto que nunca esquecerei que foi ele quem me confiou o posto, onde, com o seu apoio, pude fazer alguma coisa pela nossa terra.”

Hermes e Rio Branco se completaram reciprocamente, marcando época. O fator determinante do sucesso alcançado por ambos os protagonistas no cenário polí-

tico-militar foi a comunhão de ideais entre o Chanceler e o Ministro da Guerra e Presidente, por um Brasil forte para viver respeitado e em paz.

Rio Branco era apologista ativo da modernização das Forças Armadas, tendo sempre defendido a reorganização e a profissionalização do Exército, que deveria ser, no seu entender, bem remunerado, equipado e adestrado, compatível com a postura estratégica do País. Segundo Álvaro Lins, mostrava-se contrário ao militarismo traduzido na anomalia do militar intervir no campo político.

Às vésperas da Proclamação da República, enviara ao Visconde de Ouro Preto manuais de instrução do Exército francês nos quais se exigia dos militares juramento de fidelidade aos poderes constituídos, com solicitação para serem traduzidos e distribuídos aos oficiais brasileiros.

Discordava completamente da reação militarista evidenciada no caso Dreyfus.

Condenava o imperialismo e o militarismo britânicos na África do Sul, por ocasião da Guerra dos Bôeres, em carta endereçada a Nabuco nos seguintes termos: “(...) Se ela [influência benéfica e civilizadora da Inglaterra] decair, teremos a influência da força e do militarismo. Deus nos livre disso.”

Desmentindo a pecha de militarista e imperialista lançada pelo Chanceler argentino Estanislau Zeballos - caso do telegrama nº 9 - afirmou, no famoso discurso do Clube Militar, agradecendo a homenagem do Exército em 15 de outubro de 1911, pouco antes de sua morte:

“Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter

sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das Armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da Pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido, ou seja, um 'militarista', como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

(...) Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota."

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, ainda no Império, constatava-se notório desprezo para com os veteranos da campanha paraguaia (à semelhança do enfrentado pelos ex-combatentes da FEB após a

Segunda Guerra Mundial) por razões políticas e ideológicas. Havia receio de que chefes militares, cobertos de glória nos campos de batalha, valer-se-iam do prestígio e da força com fins políticos para derrubar a Monarquia. Um antimilitarismo generalizou-se por toda a Nação, plena de incertezas internas e externas, disseminado pela ideologia positivista que colocava em risco a segurança nacional.

Tasso Fragoso relata que os veteranos do Paraguai escondiam suas medalhas temendo que as novas gerações as considerassem símbolos de vergonha.

A Revolução Federalista de 1893 dera testemunho do estado de abandono e despreparo do Exército para manter a ordem e preservar a tranquilidade no País.

Canudos, quatro anos depois, surpreendeu o Exército à míngua de tudo, impondo-lhe humilhação em sérios reveses, que exigiu o emprego de quase todo o seu efetivo para debelar jagunços insurretos.

A Revolução Acreana novamente reclamou ingentes esforços para deslocar pequeno efetivo militar àquela região amazônica.

Valhamo-nos de trechos de Paula Cidade em *Barão do Rio Branco* para se ter a justa medida da situação vivida pelo Exército na época:

"Quando o grande brasileiro assumiu a direção dos negócios externos do Brasil, as nossas Forças Armadas não possuíam o mínimo indispensável ao desempenho de sua função garantidora da integridade territorial do País. (...) O Exército (...) achava-se tecnicamente nos moldes de 1870.

Em tática, havíamos esquecido o emprego das grandes unidades.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do Grande Chanceler*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- CARVALHO, Affonso de. *Rio Branco, Sua Vida, Sua Obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Hermes - o Pai do Exército Moderno." *A Defesa Nacional*, n. 784. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Obras do Barão do Rio Branco - T. IX - Discursos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PAULA CIDADE, Francisco de. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.
- RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Um Soldado do Império *O General Tibúrcio e seu tempo*

José Aurélio Saraiva Câmara

Conduzido pelo estilo fácil e agradável do autor, o leitor penetra nos meandros das principais questões militares, políticas e diplomáticas do II Império; acompanha o desenvolvimento das complexas questões da fronteira platina; e testemunha as hesitações e os erros – bem como os acertos – na conduta da Guerra da Tríplice Aliança. Particularmente interessante é a detalhada descrição que a obra oferece sobre alguns aspectos do Exército Imperial: sua organização; seu despreparo em face do conflito que se avizinhava; os problemas de recrutamento; as intrincadas e repetidas reformas de ensino; e os efeitos do draconiano regime disciplinar contido no Regulamento do Conde de Lippe.